**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 18ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião realizada em 29 de maio de 2012, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, na Sala 16 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, **Keiko Ota (PSB/SP)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES), Lídice da Mata (PSB/BA), Ângela Portela (PT/RR), Ana Amélia (PP/RS)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; do Senhor Senador: **Sérgio Souza (PMDB/PR)** e **José Agripino (DEM/RN)**; das Senhoras Deputadas**: Marina Santanna (PT/GO), Jô Moraes (PCdoB/MG), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Dalva Figueiredo (PT/AP), Luci Choinacki (PT/SC), Nilda Gondim (PMDB/PB), Rosinha da Adefal (PT do B/AL)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**; e do Senhor Deputado: **Dr. Rosinha (PT/PR)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)** e **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE);** as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**; e o Senhor Deputado: **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva dos seguintes convidados: Sr. Dalmo Claro de Oliveira, Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina; e Sr. César Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

Antes que a Senadora utilize da palavra, nós queríamos informar que, em uma discussão com os membros presentes da Comissão, consideramos que o convite desse processo de construção sobre as autoridades do Estado de Santa Catarina respondia aos problemas de uma ausência significativa das autoridades responsáveis quando da audiência no Estado de Santa Catarina. Por essas razões, pelas limitações que ocorreram na presença dessas autoridades na audiência pública, nós encaminhamos o convite aos dois Secretários responsáveis pelo tema. Nós não fomos avisadas em tempo hábil se haveria algum problema em relação à data, se seria adequada ou não. Apenas ontem, nós recebemos a informação de que seria enviada uma substituição em relação às duas autoridades, através do Ofício 1240.19 do Gabinete do Estado de Santa Catarina.

Consideramos então que, em que pese a capacidade das autoridades presentes, do Estado de Santa Catarina, da experiência, da responsabilidade que têm, inclusive do acúmulo de informação, nós não podemos quebrar a institucionalidade do processo da CPMI. Assim, estaremos aguardando dar o quórum para que possam ser convocados os dois Secretários e, pessoalmente, aqui compareçam e prestem as suas informações. Nós estaremos apenas aguardando o número regimental para a deliberação.

Enquanto esperamos, vou ter que me ausentar, porque eu tenho uma audiência com o Ministro da Defesa sobre o programa Antártica, na qual estarão os três cientistas coordenadores lá da Antártica, marcada há três meses e, portanto, eu não posso faltar.

Passarei a presidência dos trabalhos à nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko, e quero, desde já, reafirmar a minha compreensão de que a convocação é uma afirmação da institucionalidade da CPMI, que tem como objetivo não o enfrentamento das autoridades, muito pelo contrário, mas a necessidade de reforçar a estrutura do Estado nas instituições. Logo, isso exige parcerias entre a CPMI e as entidades, mas exige também compromisso e resposta. Por isso que nós entendemos que deverão ser convocados os dois Secretários.

Quero, pessoalmente, agradecer desde já o Secretário Adjunto de Saúde, que já esteve conosco duas vezes, os dois delegados, o Delegado-Geral da Polícia de Santa Catarina. Desculpe-me por não ter os seus nomes aqui.

Quero agradecer aos senhores a atenção que tiveram com a CPMI, mas precisamos contar com a presença institucional do Estado de Santa Catarina. Exatamente por isso, vamos aprovar a convocação.

Antes de passar a Presidência à Deputada Keiko, concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A partir de agora, Deputada Keiko, devemos passar a palavra às Deputadas aqui presentes, enquanto aguardamos que haja quórum para deliberação. Só houve quórum para abrir a sessão, não para deliberar. Podemos ter a oportunidade de definir aqui a palavra.

Passo a Presidência à Deputada Keiko.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero, aqui, passar a palavra...

**A SRª JÔ MORAES** (PCdoB – MG) – Deputada Keiko, quero reafimar a minha posição de encaminhamento, porque vou ter de me retirar: voto pela convocação dos dois Secretários.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero, aqui, passar a palavra, agora, para a Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Boa tarde a todas as Deputadas, aos Senadores e às Senadoras aqui presentes!

Antes de darmos prosseguimento, para que possamos aguardar, inclusive, a formação do quórum, eu gostaria de dizer duas coisas.

Ratificamos aqui a posição da nossa Presidenta no sentido de garantirmos a convocação dos dois Secretários do Estado de Santa Catarina, o Secretário de Saúde e o Secretário de Segurança.

Agradecemos às duas representações que aqui estão: o Subsecretário de Saúde e o Delegado-Geral do Estado de Santa Catarina. Agradecemos a presença de vocês, mas, na discussão que fazemos, é importante que aqui estejam os Secretários, para que os procedimentos adotados por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não trilhem outros caminhos, para que possa haver os mesmos procedimentos em todos os Estados e para que possamos proceder da mesma forma nas audiências públicas em Brasília.

Então, agradecemos a presença de vocês.

Já estamos apresentando um requerimento para a convocação dos dois Secretários.

Também quero dizer a todos os parlamentares aqui presentes que, na terça-feira passada, fizemos uma reunião de avaliação dos trabalhos da CPMI. Foi uma reunião bastante positiva, em que tivemos a oportunidade de ouvir todas as parlamentares e os parlamentares que compõem esta Comissão, que fizeram um balanço das audiências públicas realizadas nos Estados, das audiências públicas que realizamos aqui. Foi importante essa reunião de avaliação, porque definimos procedimentos de forma mais clara no sentido de darmos andamento daqui para frente com base também nos trabalhos já realizados até agora.

Hoje, à noite, haverá uma nova reunião. O nosso compromisso é o de que possamos nos reunir pelo menos uma vez por semana, para avaliar o trabalho da semana anterior e para programar as próximas audiências públicas. Como a próxima audiência pública será realizada no Estado de Alagoas, na sexta-feira, dia 1º, hoje, à noite, vamos nos reunir para nivelar as informações do processo de preparação da audiência pública em Alagoas e para definir o que falta ser definido, a fim de que a audiência pública possa transcorrer da melhor forma possível.

Reforçamos aqui o convite, Deputada Keiko, que está presidindo esta reunião, a todos os parlamentares e a todas as parlamentares para que estejam presentes na reunião de hoje, à noite, às 19 horas, na Sala de Reuniões da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Também na reunião passada, constituímos, de fato, as três comissões de acordo com o nosso plano de trabalho.

**A SRª CARMEN ZANOTTO** (PPS – SC) – Senadora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sim, Deputada.

**A SRª CARMEN ZANOTTO** (PPS – SC) – Nossa reunião é hoje?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Hoje, às 19h, na sala de reuniões da liderança do Partido dos Trabalhadores, no mesmo espaço que nós utilizamos terça-feira passada.

Também quero aproveitar a oportunidade para dizer que nós constituímos os três grupos de trabalho previstos no nosso plano de trabalho.

O grupo de trabalho do orçamento, que vai levantar toda a questão orçamentária. A Senadora Angela está nesse grupo de trabalho, com a tarefa de coordená-lo, com mais dois ou duas parlamentares.

O grupo de trabalho que vai levantar toda a questão de legislação, que envolve a questão da violência contra a mulher, terá como responsável a Deputada Marina Sant’Anna, que o coordenará.

E o outro grupo de trabalho será sobre políticas públicas, que terá o Deputado Dr. Rosinha como responsável para coordenar esse trabalho.

Reforçamos aqui a importância dessas três comissões, que deverão funcionar no sentido de contribuir no levantamento de informações, que irão subsidiar a elaboração do relatório. Só para nivelar aqui, para todas as parlamentares presentes, que esses três grupos de trabalho têm um papel tão importante como o da Comissão.

Nós gostaríamos muito que os três grupos de trabalho funcionassem, e com certeza irão funcionar, dentro do prazo regimental, dentro do prazo previsto, trazendo as informações de que nós necessitamos.

Era isso, Srª Presidenta.

Vamos aguardar um pouco o quórum.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Gostaria de saber se alguma parlamentar deseja fazer uso da palavra.

Por favor.

**A SRª CARMEN ZANOTTO** (PPS – SC) – Eu queria me manifestar sobre o assunto, antes mesmo do processo de votação. Posso?

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Sim, claro.

**A SRª CARMEN ZANOTTO** (PPS – SC) – Primeiro, eu queria agradecer à Senadora Ana Rita, como Relatora da nossa Comissão, e à Deputada Jô, nossa Presidente, junto com a Keiko, que acataram, na última reunião, um pedido nosso de transformar um requerimento de convocação em convite.

Agradeço a presença do Secretário Adjunto de Estado da Saúde de Santa Catarina, o Secretário Acélio, que ocupa o cargo que ocupei por praticamente sete anos frente à Secretaria de Estado da Saúde, como também do Dr. Aldo Pinheiro D’Avila, que é o nosso Delegado-Geral de Polícia do Estado de Santa Catarina, e do Dr. Valério Alves de Brito, que é o nosso Delegado-Geral Adjunto do Estado de Santa Catarina.

Queria dizer que, conforme a reunião que a gente realizou, acato a decisão do nosso Colegiado com relação às convocações. Entendo que eles teriam todas as condições técnicas de dar todos os dados para esta Comissão, uma vez que quando, junto com a Deputada Luci Choinacki, assinamos o requerimento, Santa Catarina, em 2011, ocupou a 24ª posição pelo mapa nacional da violência. No ano de 2012, os primeiros dados são de 23º. Isso me dá muita tranquilidade, por entender que nós estamos entre os Estados brasileiros com o menor índice de violência, que é o termo específico da nossa CPMI.

Lamento, em especial, o ocorrido e peço licença aos meus pares, com todo o respeito que tenho a esta Comissão, mas eu preciso votar contra o requerimento de convocação, respeitando e dizendo que continuo aqui na luta, com certeza absoluta. Tenho clareza de que esta nossa Comissão Parlamentar terá excelentes frutos e vamos, com esta CPMI, conseguir avançar nas políticas públicas. E queira Deus que consigamos, com o esforço conjunto das Deputadas e dos Deputados, das nossas Senadoras e dos Senadores, fazer com que este tema, a violência contra a mulher, passe a ser pauta não apenas dos protocolos, não apenas dos pactos, mas que seja uma pauta permanente, dentro das políticas públicas, com este olhar que a Comissão tanto defende, tanto deseja, que seja o olhar intersetorial, que seja um olhar para que a população brasileira, em especial todos os representantes de governo, quer seja federal, estadual ou municipal, não descansem enquanto no País tenhamos sequer uma vítima.

Vale a pena continuarmos lutando para que tenhamos a felicidade de – talvez não nós, por conta já da nossa faixa etária, mas os filhos, netos e netas – ter uma outra formação e a gente não precise mais discutir essa questão da violência, em especial a violência doméstica e o tipo de crime que ainda vemos.

Não é diferente em meu Estado; nós também tivemos crimes bárbaros que homens ainda cometem em relação às mulheres.

Independente do porte, de ser um crime mais ou menos violento, de ser uma violência física ou verbal, que continuemos lutando para que no País não tenhamos mais esse tipo de situação, independentemente de Estado brasileiro.

Quero aqui, Senadora Ana Rita, agradecer sempre o seu apoio, as suas orientações como nossa relatora; a Deputada Keiko, que preside, junto com a Deputada Jô, a compreensão do conjunto de parlamentares pela minha posição, mas em hipótese alguma a minha posição é para denegrir a imagem da nossa Comissão. Jamais. É sim entendendo a posição do colegiado de que precisamos fortalecer a nossa Comissão, que já considero forte, porque ela tem um poder que a gente está usando a favor da nossa população vítima de violência, mas que entendam a minha posição, por favor.

Obrigada.

 **A SRª ANGELA PORTELA** (PT – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta. Eu gostaria de sugerir o início da votação, uma vez que nós já temos quórum.

Falta um ainda? Eu não acredito. Eu achei que, pela quantidade de Senadores que já assinaram, haveria quórum já.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Senadora, eu queria aqui expressar meu sentimento em relação ao que aconteceu no meu Estado. Estou meio triste e é com muito pesar que trago essa notícia do meu Estado de São Paulo, embora não se trate de uma notícia sobre violência doméstica. Trata-se de um brutal homicídio cometido contra uma mulher.

Na manhã de quinta-feira, 24 de maio, moradores da região de Bragança Paulista anunciaram à Polícia a existência de uma mala que boiava no Lago do Orfeu, no Jardim Europa, área nobre da cidade de Bragança Paulista, São Paulo. Ao chegar ao local, a Polícia encontrou apenas braços, pernas e uma cabeça dentro da mala. Em outra mala, achada posteriormente em um matagal próximo, foi encontrado o tórax de uma mulher.

O corpo encontrado era da adolescente Renata Silva Medeiros, de 15 anos, que havia sido brutalmente esquartejada e já se encontrava em avançado estado de decomposição.

Segundo a Polícia Civil, a jovem foi morta por asfixia e, posteriormente, esquartejada. Todos os indícios levam a polícia a acreditar que o fator motivador do assassinato da jovem teria sido seu filho recém-nascido, que foi encontrado sob a guarda de sua amiga Jéssica Ferreira, que, juntamente com seu namorado Marcelo Pires, são os principais causadores do assassinato da jovem.

Jéssica teria convidado Renata para uma festa de despedida, pois estava viajando para o Rio Grande Norte, usando dessa situação para atrair a vítima, assassiná-la e raptar seu filho.

Segundo relato da Polícia, Jéssica teria sofrido um aborto espontâneo no mês de fevereiro deste ano, o que lhe causou sérios abalos psicológicos, levando-a a ter ciúme e inveja da amiga. Uma das principais provas do crime é uma certidão de nascimento forjada, na qual foram colocados os nomes dos suspeitos como pais da criança raptada.

O crime está sendo divulgado nos meios de comunicação como o “crime da mala”. Esse é mais um indício de que atos de violência como este demonstram total desprezo pela vida humana, que são cometidos pelos motivos mais fúteis e torpes. E é para tentar evitar situação como essa que eu acredito no nosso trabalho da CPMI. Acredito que nossa atuação poderá salvar inúmeras mulheres em situação de violência.

A nossa obrigação como Parlamentar e como mulher, esposa, mãe é zelar pelo bem-estar da nossa sociedade. Eu não medirei esforços para isso.

Muito obrigada.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Deputada Keiko, enquanto V. Exª citava esse caso tão triste e dramático, nós sabemos que casos como esse acontecem com muita frequência. A assessoria me informou, há pouco, que também em São Paulo uma mulher foi queimada, esta semana. Situações como essa têm acontecido com muita freqüência, o que demonstra a importância do nosso trabalho para a proteção de mulheres como essas, e de tantas outras que muitas vezes não chegam a ter os casos conhecidos. É para que casos como esses não aconteçam mais.

É importante que as autoridades públicas do nosso País tenham a clareza suficiente de saber que têm um papel importante a cumprir no sentido de fazer com que pessoas que cometem isso sejam rigorosamente punidas, para que o sentimento de impunidade acabe de vez no nosso País.

Hoje, matar uma mulher, uma pessoa, uma criança está se tornando muito banal. Até que ponto nós chegamos? Uma mulher foi toda esquartejada, parte do corpo colocado numa mala, outra parte em outra mala. Os índices de crueldade são muito grandes. Situações como essa precisam ser realmente investigadas. A polícia precisa investigar. O autor desse crime precisa ser rigorosamente punido, de acordo com o que prevê a nossa legislação. E que não haja impunidade nesses casos, porque a impunidade faz com que outros casos aconteçam e fique tudo por isso mesmo.

Então é importante que os poderes públicos, o Ministério Público, o Poder Executivo, por meio da Polícia Civil e Militar, possam de fato cumprir o seu papel de investigar situações como essa e punir as pessoas que cometem esse tipo de crime. É um crime diante do qual não podemos jamais ficar calados.

Sabemos que casos como esse trazido pela Deputada Keiko acontecem com frequência, infelizmente, e temos que dar um basta nisso. A violência no nosso País precisa acabar. Não podemos mais conviver com essa situação.

Os nossos sentimentos para a família dessa moça, para os seus amigos e parentes, a nossa solidariedade.

Esta CPMI está trabalhando no sentido de evitar que essas coisas aconteçam e esperamos que haja, por parte de todos os poderes constituídos deste País, o real comprometimento com essa realidade, com essa situação, no sentido de evitar que casos como esse aconteçam.

Deputada Keiko, era isso o que eu gostaria de dizer neste momento.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Alguma Parlamentar quer dirigir aqui algumas palavras?

Por favor, Marina.

**A SRª MARINA** **SANT’ANNA** (PT – GO) – Deputada Keiko, nossa Presidenta em exercício desta reunião; nossa Senadora Ana Rita, relatora desse importante trabalho que está sendo realizado pela CPMI da Violência contra a Mulher; e todos os colegas, eu acredito de fato que a nossa tarefa exige persistência e que nós não tenhamos o menor desânimo diante de coisas monstruosas que acontecem a todo tempo. Se nós formos nos deter na crueldade, passaremos a observar sob a ótica do agressor e pára na ótica do agressor, porque é praticamente incompreensível olharmos o absurdo que aparentemente é realizado por uma pessoa com uma marca doentia, um sociopata, uma pessoa que não tem a possibilidade até de responder por seus atos. Mas nós sabemos que pessoas aparentemente comuns, com responsabilidades familiares, que trabalham nos lugares, que convivem com crianças, convivem com sua família, convivem em vários lugares, muitas vezes são capazes desse tipo de ato.

Voltando a esse exemplo que V. Exª deu, é muito importante que nós observemos o conjunto, que nós possamos dar a oportunidade de, digamos, um acompanhamento profissional aos agressores, mas, sem dúvida nenhuma, nós precisamos do devido processo legal, precisamos que a legislação seja, de fato, colocada em aplicação, e que a nossa CPMI dê possibilidade de compreensão do quadro de hoje, relacionado à omissão do Estado, em cada uma das esferas da Federação, a respeito desse tema.

Então, de fato, é importante que casos concretos sejam colocados aqui à nossa mostra. Nós estávamos esperando a finalização das presenças necessárias, e me parece que já ocorreram com a vinda da Senadora Lídice da Mata, é isso?

Então, eu deixo aqui essas considerações.

Minha solidariedade à família e aos amigos dessa pessoa que morreu de forma trágica. Outra chamando a atenção sobre a importância da nossa CPMI, tratando de assuntos como estes. Qualquer tipo de agressão à mulher é agressão também aos direitos humanos. Por outro lado, há a necessidade de as autoridades públicas colocarem a mão na massa e organizarem suas estruturas de Estado para que respondam firmemente e corretamente a essa demanda, que é uma demanda que ganhou visibilidade, que ganhou registro e que era subnotificada como tal e que agora tem legislação completa para oferecer punição a quem comete esse tipo de ato.

Então, muito obrigada. Eu queria fazer essas considerações.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Já atingimos o quórum; agora vamos colocar, em bloco, todos os requerimentos: a convocação dos dois Secretários e diligências nos Estados em que a CPMI vai se encontrar.

Requerimentos nºs 528 a 552.

As senhoras e os senhores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DR. ROSIINHA** (PT – PR) – Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Pois não, Deputado.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Na questão dos requerimentos de diligência nos Estados, eu queria saber do Estado do Paraná, como é que está marcada a data.

**A SRª TERESA SURITA** (PMDB – RR) – Eu também gostaria de saber...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – É porque nós tínhamos proposto. Foi naquela data proposta?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Deputado Rosinha, a audiência pública no Estado do Paraná está confirmada para o dia 25 do mês de junho.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Era isso mesmo que eu gostaria de saber.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Conforme V. Exª havia solicitado, foi aprovado na reunião passada o requerimento. Já está confirmado para o dia 25 do mês de junho.

**A SRª TERESA SURITA** (PMDB – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

Relatora, Senadora Ana Rita, eu gostaria de saber para que dia está marcada a audiência pública lá em Roraima.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A audiência pública em Roraima ainda não está marcada. Nós precisamos acertar essa data. Nós temos audiências públicas marcadas até o final da primeira quinzena do mês de julho. Então, nós temos mais ou menos seis ou sete Estados já confirmados até o final da primeira quinzena do mês de julho. No caso de Roraima, nós precisamos conversar e definir a melhor data para a CPMI e para o Estado. Vamos acertar essa data.

**A SRª TERESA SURITA** (PMDB – RR) – Está bom. Então, vamos conversar, porque nós temos todo o interesse de já realizarmos essa audiência pública no Estado.

**A SRª NILDA GONDIM** (PMDB – PB) – Srª Relatora Ana Rita, Senadora, e a Paraíba? Eu gostaria de saber se a da Paraíba já foi marcada.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A da Paraíba já está confirmada. Nós já aprovamos anteriormente. Está marcada para os dias 14 e 15 do mês de junho. Nós vamos dia 14; teremos trabalho lá no dia 14 e também no dia 15.

**A SRª NILDA GONDIM** (PMDB – PB) – Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Atendendo ao pedido da Senadora Ana Amélia, vou ler os requerimentos.

*Requerimento nº (), da Srª Jô Moraes:*

*Srª Presidente, com base no art. 89, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidada a Srª Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, para contribuir com os trabalhos da CPMI.*

*Requerimento da Srª Jô Moraes:*

*Srª Presidente, com base no art. 89, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidada a Srª Liene Paes Leme, especialista em políticas públicas e gestão governamental, Secretaria de Políticas para as Mulheres, SPM, para contribuir com os trabalhos da CPMI.*

*A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher requer que seja realizada diligência no Município de São Paulo:*

*Srª Presidente, requeremos a V. Exª, nos termos regimentais, a realização de diligências nas seguintes regiões: Guarulhos, São Paulo, região do Alto Tietê, 04/06/2012; Registro, São Paulo, região do Vale do Paraíba, 11/06/2012; Sorocaba, São Paulo, a região, 15/06/2012; São Paulo, 15/06/2012; Embu das Artes, São Paulo, e região, 18/06/2012; São Bernardo do Campo, São Paulo, região do ABCD, 22/06/2012; Campinas, São Paulo, 25/06/2012; Santos, São Paulo, região da Baixada Santista, 25/06/2012.*

*Requerimento de 2012, nº 531 – 12:*

*Com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro que seja convocado o Secretário da Saúde do Estado de Santa Catarina, Dalmo Claro de Oliveira, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado de Santa Catarina, e apresentar as ações da Pasta para esse fim.*

*Requerimento nº 532 – 12:*

*Com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro que seja convocado o Secretário da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, César Augusto Grubba, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado de Santa Catarina, e apresentar as ações da Pasta para esse fim.*

*Requerimento nº 533 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de São Paulo.*

*Requerimento nº 534 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de Roraima.*

*Requerimento nº 535 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Amapá.*

*Requerimento nº 536 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Pará.*

*Requerimento nº 537 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Rio de Janeiro.*

*Requerimento nº 538 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de Sergipe.*

*Requerimento nº 539 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado da Paraíba.*

*Requerimento nº 540 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado da Bahia.*

*Requerimento nº 541 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Mato Grosso do Sul.*

*Requerimento nº 542 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado da Paraíba.*

*Requerimento nº 543 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de Goiás.*

*Requerimento nº 544 – 12:*

*Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro a realização de diligência para investigar a situação dos seguintes serviços públicos especializados da Rede de Atendimento à Mulher do Estado de Alagoas.*

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Pela ordem, Srª Presidente.

Eu lhe agradeço muito. Como é a primeira reunião de que estou participando, da CPMI, eu estava em dúvida sobre o conteúdo dos requerimentos. Como a maior parte deles são pedidos de diligências, e apenas um tinha uma polêmica, que era o relacionado a Santa Catarina, eu dispenso a leitura, porque são muitos os requerimentos de procedimentos, eu diria, burocráticos de solicitações de diligências.

Agradeço-lhe muito a atenção, isso para que ganhemos tempo na aprovação dos requerimentos em suas mãos e da Presidência da CPMI.

Muito obrigada, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Keiko Ota. PSB – SP) – Coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Obrigada.

*(Iniciada às14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.)*

Deputada Jô Moraes

Presidente